

PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DIRIGIDOS POR MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE

PROFILE OF RURAL ESTABLISHMENTS MANAGED BY WOMEN IN RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es): Alice Aloísia da Cruz

Filiação: Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: alicealcruz@hotmail.com

Grupo de Trabalho (5): Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural

Resumo

O papel da mulher no setor agropecuário, tradicionalmente masculino, tem aumentado no Brasil nos últimos anos. Todavia, as mulheres ainda enfrentam dificuldades e restrições no meio rural bem, além de falta de reconhecimento remuneração pelo trabalho rural. O objetivo do trabalho foi analisar as características produtivas e aspectos sociais das mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Norte, com base nas informações do Censo Agropecuário 2017. Os resultados mostram um crescimento do número de mulheres dirigindo estabelecimentos agropecuários e das mulheres do Estado quase 80% das mulheres dirigem estabelecimentos agropecuários familiares. Elas dirigem estabelecimentos pequenos, sendo a pecuária e as lavouras temporárias as principais atividades. A maioria das mulheres é parda e dirige estabelecimento próprio. A faixa etária com mais mulheres é de 45 a 55 anos e chama a atenção o número de dirigentes com baixo ou nenhum nível de escolaridade. No que tange a orientação técnica há predomínio da assistência do governo (federal, estadual, municipal). Apesar da participação feminina no comando de estabelecimentos agropecuários estar aumentando ao longo dos anos, os estabelecimentos dirigidos por mulheres ainda se encontram em maior vulnerabilidade no Estado do Rio Grande do Norte. Por fim, muitos dos problemas observados nos estabelecimentos dirigidos por mulheres não são exclusivamente femininos, abrangendo os demais dirigentes de estabelecimentos agropecuários do Estado.

Palavras-chave: desigualdade, gênero, propriedade rural, censo agropecuário

Abstract

The role of women in the agricultural sector, traditionally male, has increased in Brazil in recent years. However, women still face difficulties and restrictions in rural areas, as well as a lack of recognition and remuneration for rural work. The objective of the work was to analyze the productive characteristics and social aspects of women who run agricultural establishments in Rio Grande do Norte, based on information from the 2017 Agricultural Census. The results show an increase in the number of women running agricultural establishments and of women in the State, almost 80% of women manage family agricultural establishments. They manage small establishments, with livestock and temporary crops being the main activities. The majority of women are brown people and manage their own establishments. The age group with the most women is 45 to 55 years old and the number of managers with low or no level of education draws attention. Regarding technical guidance, government assistance (federal, state, municipal) predominates. Although female participation in command of agricultural establishments has increased over the years, establishments run by women are still more vulnerable in the State of Rio Grande do Norte. Although female participation in command of agricultural establishments has increased over the years, establishments managed by women are still more vulnerable in the State of Rio Grande do Norte. Finally, many of the problems observed in establishments run by women are not exclusively female, affecting other managers of agricultural establishments in the State.

Key words: inequality, gender, rural property, agricultural census

1. Introdução

Nas últimas décadas, muito se tem falado do Brasil e de sua importância na produção mundial de alimentos como o celeiro do mundo. Entretanto, pouco se fala das mulheres rurais, que produzem, alimentam e geram renda para suas famílias.

As mulheres do meio rural se deparam com maiores restrições em relação à terra, insumos agrícolas, água, sementes, tecnologia, ferramentas, crédito, assistência técnica, culturas rentáveis, mercado de produção e cooperativas rurais, comparativamente aos homens, em todas as localidades do mundo. Somado a essa situação, as mulheres também enfrentam cotidianamente discriminação nos mercados de trabalho rural, recebendo uma parcela maior de trabalhos não remunerados. Esse contexto limita as possibilidades das mulheres em contribuir mais com a produção agrícola e o desenvolvimento rural (FAO, 2017).

O papel da mulher no setor agropecuário, tradicionalmente masculino, tem aumentado no Brasil nos últimos anos. As mulheres têm ganhado espaço e visibilidade como engenheiras agrônomicas, empresárias, proprietárias de terra, trabalhadoras rurais, arrendatárias entre outros (FERREIRA et al., 2018).

Uma das políticas agrícolas mais importantes para a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A participação feminina tem aumentado ao longo dos anos, especialmente a partir de 2011, em que houve mudança no acesso do PAA de modo a priorizar a participação feminina na seleção e execução na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) de 40% e na modalidade Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque) de 30%. Em 2018, as mulheres representaram 84% das modalidades do PAA. Isso mostra que está ocorrendo um fortalecimento da capacidade produtiva das organizações formadas por mulheres e a redução dos problemas de comercialização de seus produtos, com valorização da mão de obra feminina e garantia de autonomia econômica (CONAB, 2019).

Todavia, o meio rural ainda é marcado pela divisão sexual do trabalho. As atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, normalmente são associadas aos homens, enquanto às mulheres são atribuídas atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento, e por muitas vezes sem reconhecimento e valorização. Tal situação, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero no meio rural (BUTTO, 2011).

Neves e Medeiros (2013) destacam que as atividades das mulheres no meio rural não se restringem apenas à trabalho doméstico e de care, uma vez que elas também trabalham em lavouras e produção de alimentos e nem sempre têm reconhecimento por isso.

Mesmo quando as mulheres executam as mesmas atividades e trabalham tanto quanto seus maridos, o trabalho feminino ainda é visto como “ajuda”. As atividades agrícolas realizadas pelas mulheres são interpretadas como extensão das funções de mãe e esposa, com pouca ou nenhuma remuneração (BUTTO, 2011).

Herrera (2016) desta o papel fundamental das mulheres como desenvolvedores de estratégias para manutenção e reprodução da agricultura familiar, ainda que estejam em um contexto de desigualdade comparativamente aos homens. No dia a dia, as agriculturas desenvolvem atividades chave para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Diante do exposto, este trabalho objetivou analisar as características produtivas e aspectos sociais das mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Norte, com base nas informações do Censo Agropecuário 2017.

2. Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, foram selecionadas variáveis do Censo Agropecuário 2017 que caracterizassem a produção dos estabelecimentos agropecuários e também características sociais das mulheres que dirigem esses estabelecimentos.

As variáveis selecionadas para o estudo foram: número de estabelecimentos agropecuários (unidades) por sexo e tipologia (familiar e não familiar); área dos

estabelecimentos (hectares); condição da produtora em relação a terra; raça; idade; escolaridade; grupo da atividade econômica desenvolvida; tipo de orientação técnica; uso de máquinas agrícolas; associação à cooperativa; acesso à recurso hídrico; e práticas agrícolas.

3. Resultados e discussão

Segundo dados do último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, existiam 15.105.125 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários do Brasil, as mulheres correspondiam à 28,99% desse total. O Nordeste apresentou o maior número de pessoas ocupadas nestes estabelecimentos entre as regiões brasileiras, 6.316.764 pessoas, sendo que na região nordestina as mulheres representavam 29,89%, com 1.514.544 mulheres. No mesmo ano, o Rio Grande do Norte possuía 44.242 mulheres ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, sendo que 79,19% estavam em estabelecimentos familiares (IBGE, 2019).

O Brasil possuía 5,073 milhões de estabelecimentos agropecuários que ocupavam uma área de 351,289 milhões de hectares, em 2017. A região Nordeste, possuía a maior parcela dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 45,78%, e 56,88% dos estabelecimentos que eram dirigidos por mulheres. A Tabela 1 apresenta o número total de estabelecimentos agropecuários brasileiros, o número desses estabelecimentos que era dirigido por mulheres e a participação das mulheres na direção em diferentes níveis geográficos.

Tabela 1. Número total de estabelecimentos agropecuários, quantidade de estabelecimentos agropecuários e a participação das mulheres em 2006 e 2017

	Dimensão geográfica	2006	2017
Número total de estabelecimentos agropecuários	Brasil	5.175.636	5.073.324
	Norte	475.778	580.613
	Nordeste	2.454.060	2.322.719
	Centro-Oeste	317.498	347.263
	Sudeste	922.097	969.415
	Sul	1.006.203	853.314
	Rio Grande do Norte	83.053	63.452
Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulher	Brasil	656.255	946.075
	Norte	48.079	112.256
	Nordeste	392.436	538.158
	Centro-Oeste	30.329	56.780
	Sudeste	95.256	135.528
	Sul	90.155	103.353
	Rio Grande do Norte	9.240	10.016
Participação das mulheres (%)	Brasil	12,68%	18,65%
	Norte	10,11%	19,33%
	Nordeste	15,99%	23,17%
	Centro-Oeste	9,55%	16,35%
	Sudeste	10,33%	13,98%
	Sul	8,96%	12,11%
	Rio Grande do Norte	11,13%	15,79%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2007) e IBGE (2019)

Destaca-se que os 946.075 estabelecimentos dirigidos por mulheres em 2017 compreendem não só a mulher como produtora responsável e individual como no caso de direção conjunta em que o primeiro produtor foi registrado como mulher. Hora *et al.* (2021) ressaltam a importância de também se considerar outros 817.019 estabelecimentos que são dirigidos de forma compartilhada de mulheres com o cônjuge, sendo o primeiro produtor registrado como homem.

Embora o número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil tenha reduzido em 1,98% entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos brasileiros dirigidos por mulheres cresceu 44,16% no mesmo período. As regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul tiveram crescimentos de 133,48%, 87,21%, 42,28%, 37,13% e 14,64%, respectivamente.

No Rio Grande do Norte seguiu a tendência nacional de redução do número de estabelecimentos agropecuários, todavia, a diminuição foi bem mais expressiva em 23,6%. Já os estabelecimentos dirigidos por mulheres tiveram um aumento de aproximadamente 8,4%.

As explicações para a maior participação feminina no comando dos estabelecimentos agropecuários brasileiros podem ser diversas: substituição no comando por envelhecimento ou falecimento ou aposentadoria, cônjuge buscou outra atividade para manter o sustento da família e as mulheres tiveram que assumir o comando. Adicionalmente, há um número crescente de movimentos sociais de mulheres no meio rural; maior organização e inclusão das mulheres em sistemas de cooperativas; e políticas públicas direcionadas para as mulheres que atuam no meio rural. Esses fatores têm contribuído para o aumento da participação feminina no comando de estabelecimentos agropecuários.

Dos 3.897.408 estabelecimentos agropecuários familiares¹ existentes em 2017 no Brasil, as mulheres dirigiam 19,75%, enquanto nos estabelecimentos não familiares as mulheres representavam 15% na direção. No Rio Grande do Norte, dos 63.452 estabelecimentos agropecuários 79,87% eram de agricultura familiar. Dentre os estabelecimentos agropecuários com direção por mulheres, 83,81% eram familiares (IBGE, 2019). A Tabela 2 mostra o número de estabelecimentos dirigidos por homens e mulheres de agricultura familiar e não familiar no Estado.

Tabela 2. Número total de estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor de agricultura não familiar e familiar em 2017 no Rio Grande do Norte

Sexo do produtor	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Mulher	1.621	8.395
Homem	10.921	42.285
Total	12.772	50.680

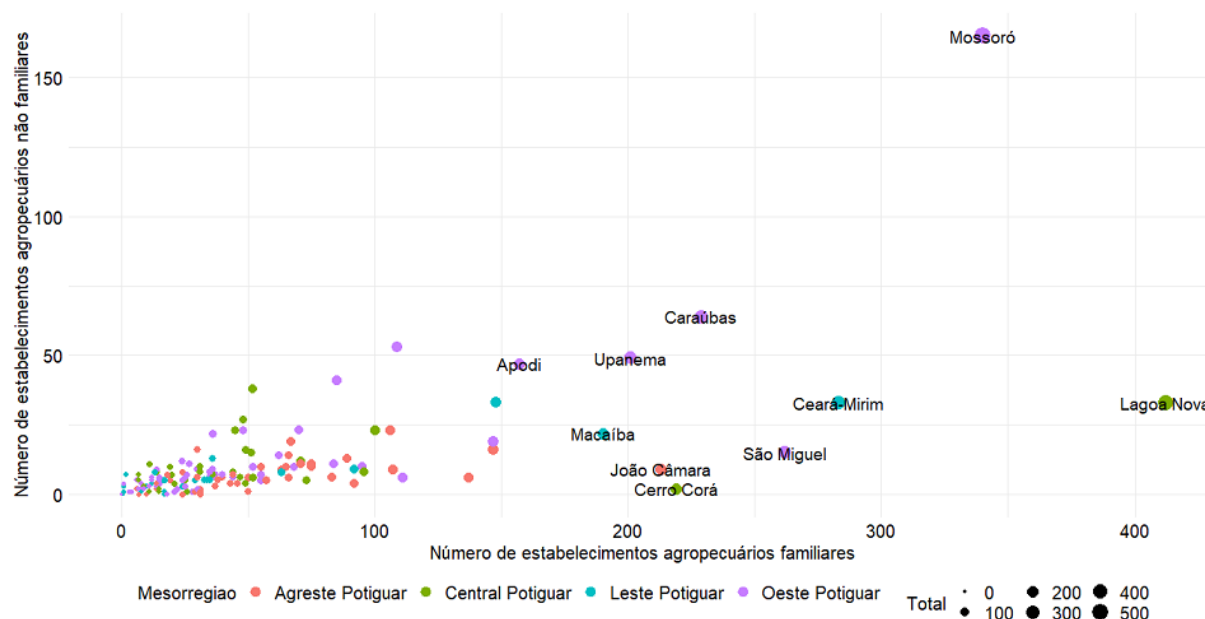
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2007) e IBGE (2019)

No Rio Grande do Norte, tanto para estabelecimentos familiares como não familiares, há predominância masculina na direção. As mulheres eram responsáveis pela direção de 12,7% dos estabelecimentos não familiares e 16,56% dos estabelecimentos familiares.

A Figura 1 apresenta o número de estabelecimentos familiares e não familiares dirigidos por mulheres em cada um dos municípios potiguares no ano de 2017, destacando-se os municípios com mais de 200 estabelecimentos com direção feminina.

¹ A definição de agricultura familiar brasileira do IBGE segue a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Figura 1. Quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares dirigidos por mulheres nos municípios potiguaros em 2017

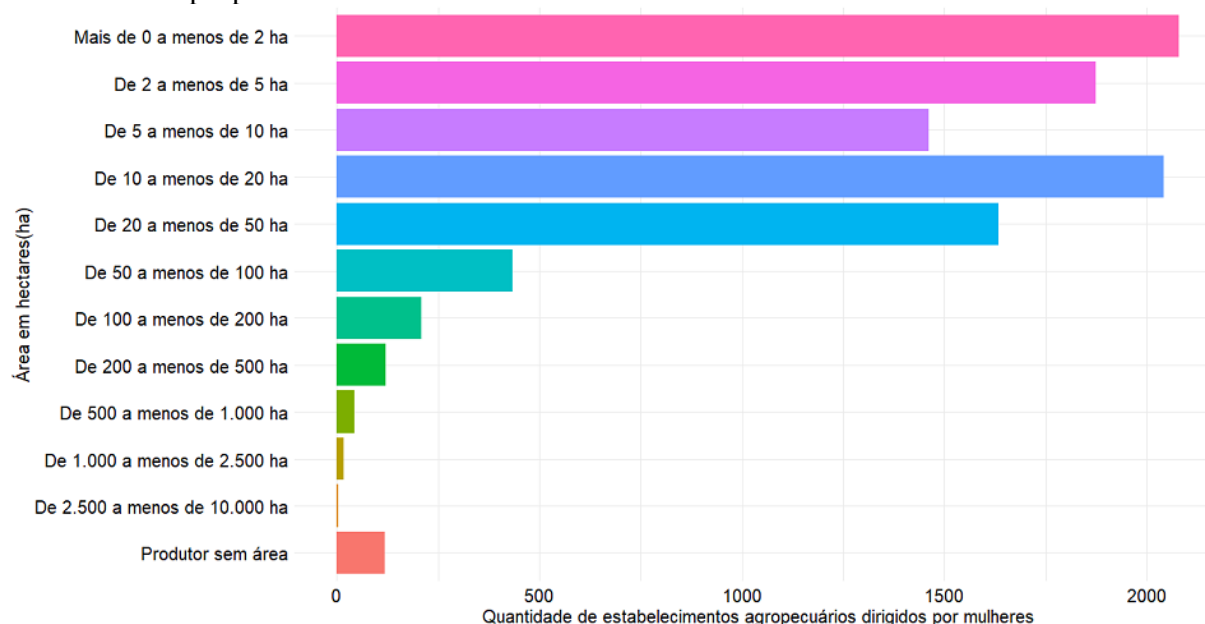


Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

O município de Mossoró possui o maior número de estabelecimentos agropecuários não familiares dirigidos por mulheres, enquanto Lagoa Nova apresenta o maior número de estabelecimentos familiares sob comando feminino. Os municípios da mesorregião do Oeste Potiguar possuíam mais dirigentes mulheres, tanto familiares como não familiares, enquanto a mesorregião do Leste Potiguar possui uma menor representatividade das mulheres no comando desses estabelecimentos, com 1.278 estabelecimentos dirigidos por mulheres.

A maioria dos estabelecimentos agropecuários dirigidos eram até 20 hectares, conforme Figura 2. Destaca-se que 39,39% tinham área de até 5 hectares e 20,34% de 10 a 20 hectares.

Figura 2. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres de acordo com o tamanho da propriedade no RN em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

A Tabela 3 mostra a quantidade de estabelecimentos agropecuários no RN dirigidos por mulheres por condição da produtora em relação as terras. Em 70,11% dos estabelecimentos a produtora era proprietária das terras e em 19,12% era concessionária ou assentada aguardando titulação definitiva, em 2017.

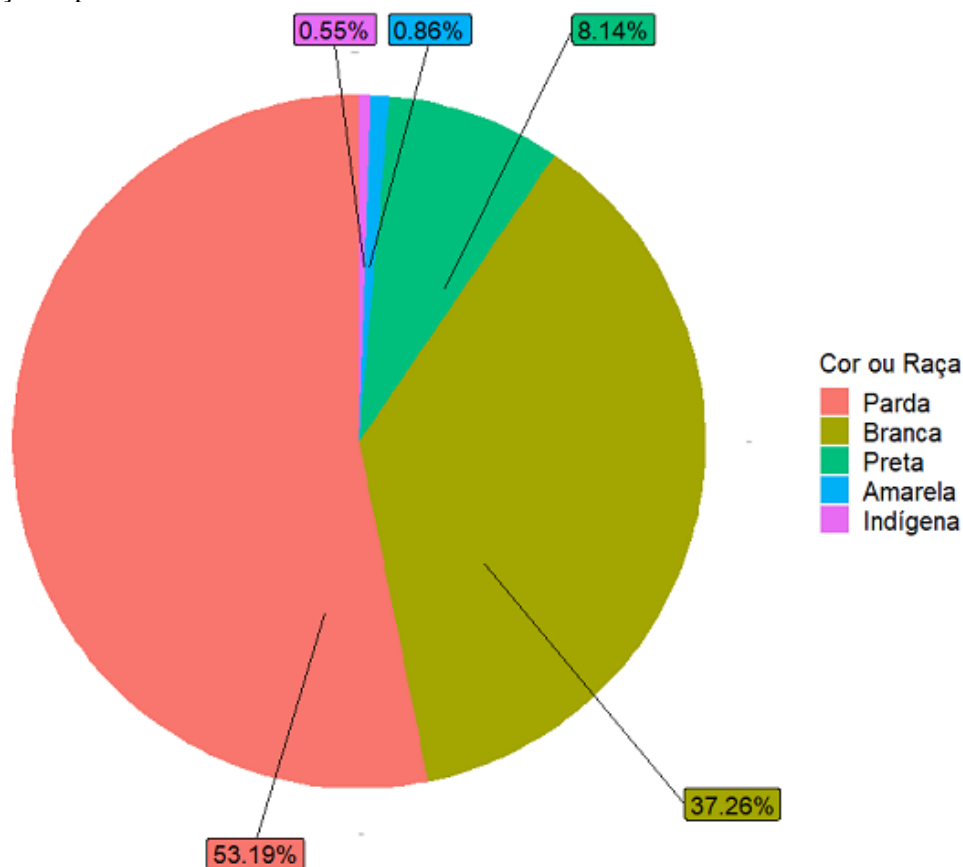
Tabela 3. Quantidade de estabelecimentos agropecuários do RN dirigidos por mulheres de acordo com a condição da produtora em relação a terra em 2017

Condição	Número de estabelecimentos
Próprias	7022
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	1959
Arrendadas	188
Em parceria	493
Em regime de comodato	576
Ocupadas	161

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

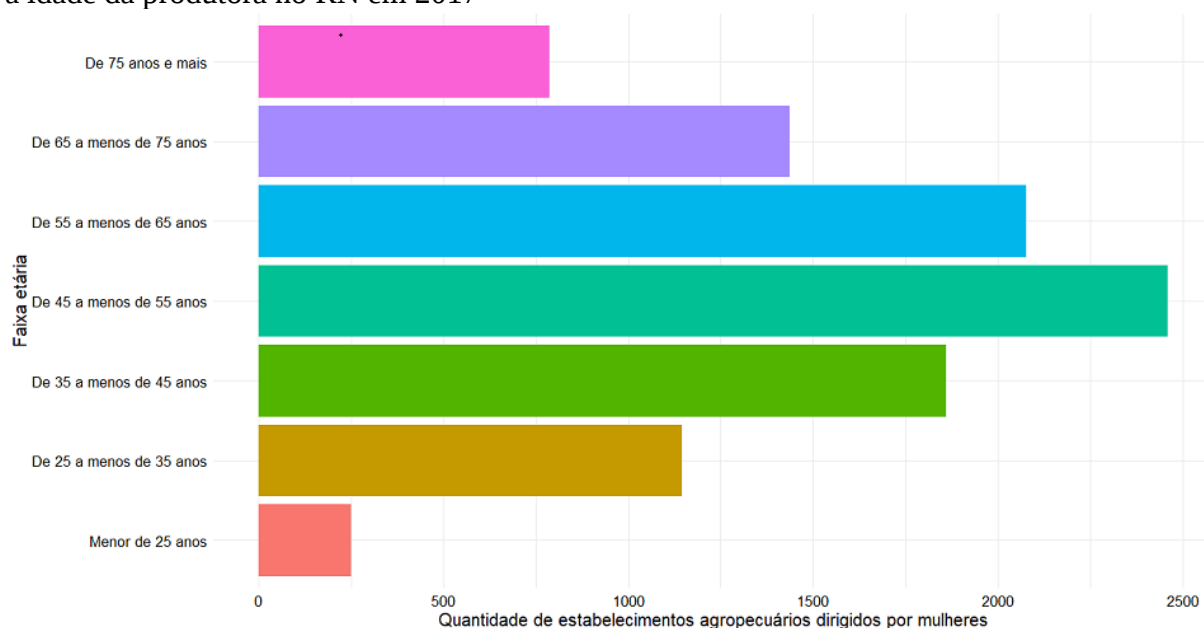
A maioria das mulheres que comandavam estabelecimentos agropecuários era de cor parda, enquanto uma menor proporção era indígena (Figura 4). A maior parcela de mulheres dirigentes tinha idade na faixa de 45 a 55 anos, já as mulheres com menos de 25 anos representavam menor proporção na direção dos estabelecimentos do RN em 2017 (Figura 5).

Figura 4. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres de acordo com a cor ou raça da produtora no RN em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

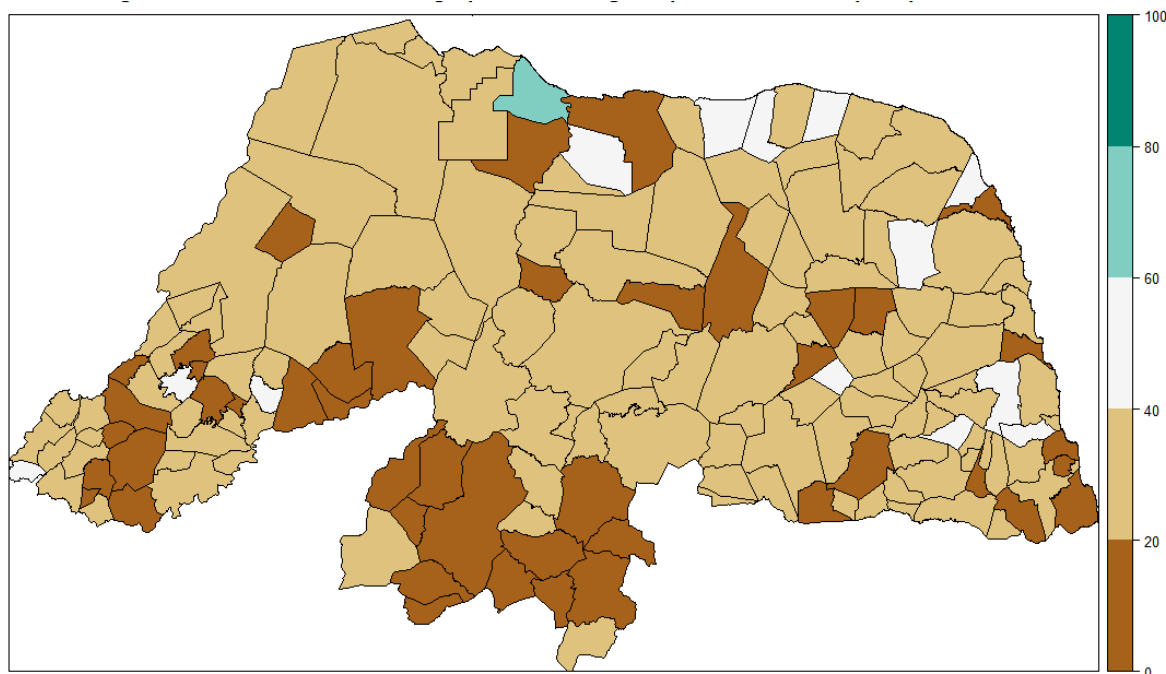
Figura 5. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres de acordo com a idade da produtora no RN em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Sobre escolaridade, em 27,89% dos estabelecimentos agropecuários do RN dirigidos por mulheres, as produtoras não sabiam ler (Figura 6).

Figura 6. Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres em que a produtora não sabia ler em 2017

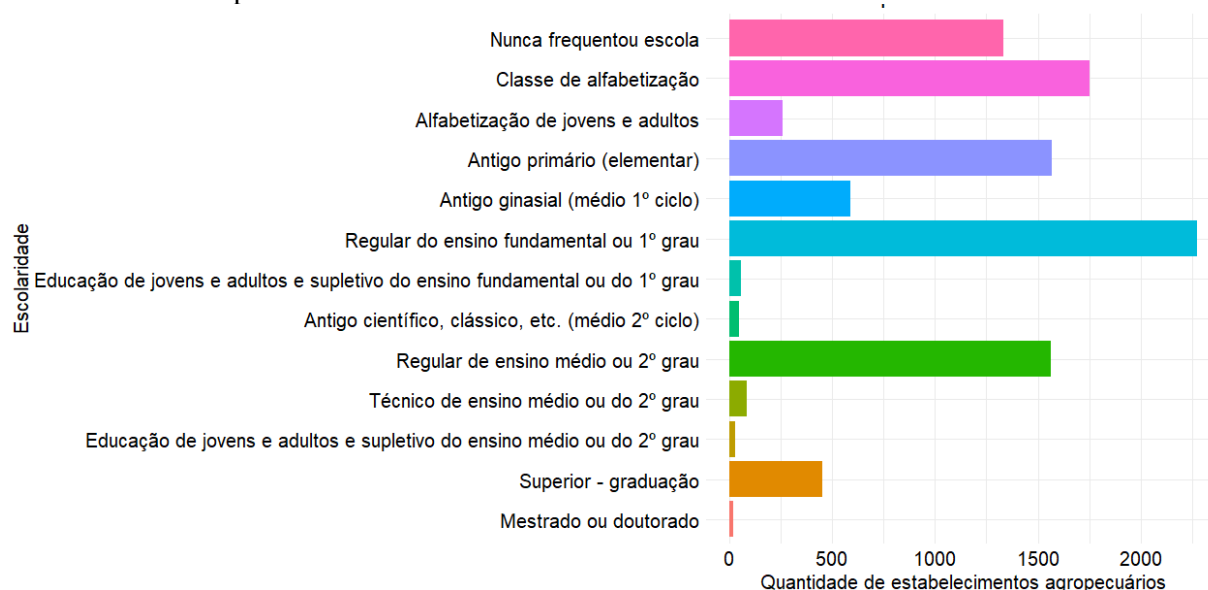


Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Em 14 municípios potiguares, 40% ou mais dos estabelecimentos agropecuários eram dirigidos por produtoras que não sabiam ler. Chama a atenção o município de Porto do Mangue com 61,90%. Somente em 10 municípios do Estado todas as mulheres que dirigiam os estabelecimentos sabiam ler.

Em 13,29% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, a produtora nunca frequentou a escola. Na maioria dos estabelecimentos (23,25%), as mulheres que dirigem tinham apenas o ensino fundamental ou 1º grau. Em apenas 4,69% dos estabelecimentos elas tinham ensino superior (Figura 7).

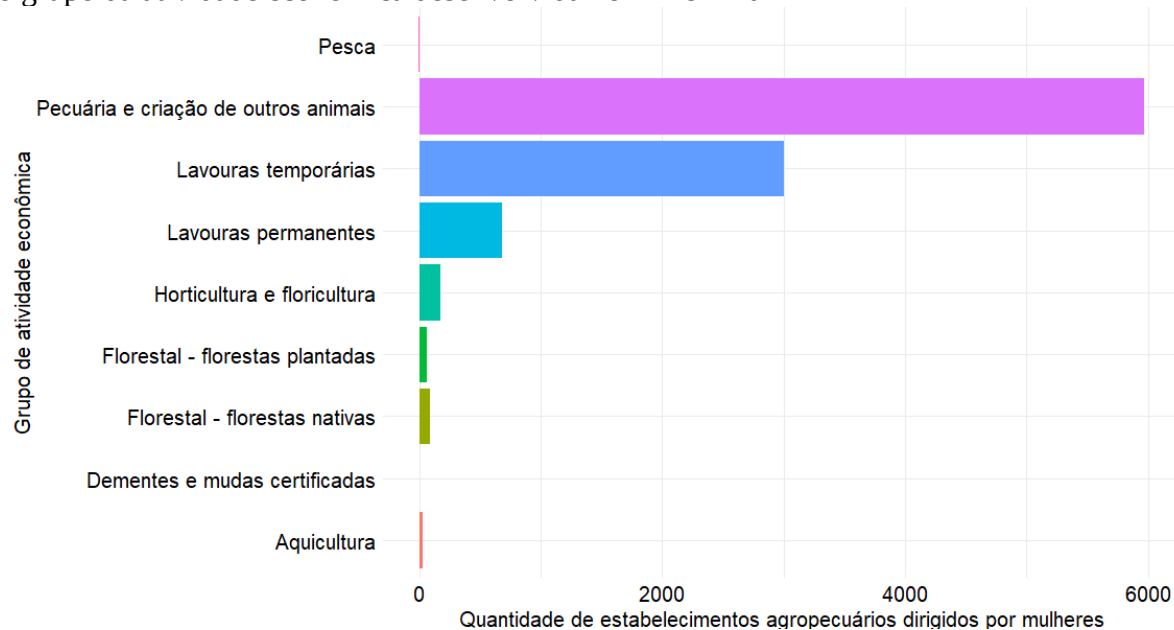
Figura 7. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres de acordo com a escolaridade da produtora no RN em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

A Figura 8 apresenta o número dos estabelecimentos agropecuários potiguaros dirigidos por mulheres por grupo da atividade econômica desenvolvida, em 2017, sendo que em 59,63% havia produção pecuária e criação de outros animais e 29,95% tinham lavouras temporárias.

Figura 8. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres de acordo com o grupo da atividade econômica desenvolvida no RN em 2017



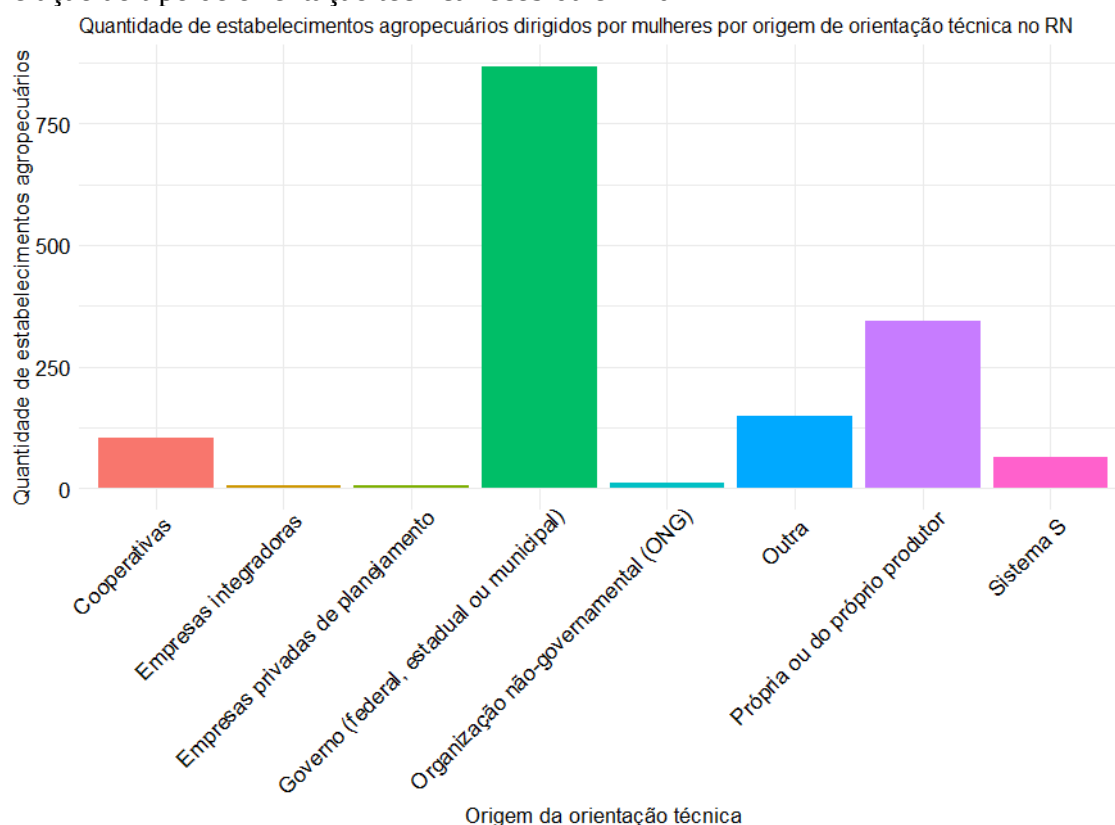
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

A maior parcela dos estabelecimentos agropecuários potiguaros dirigidos por mulheres tem como principal finalidade o consumo próprio e de pessoas com laço de parentesco com a produtora (72,30%), mostrando a importância da produção das mulheres para a subsistência e segurança alimentar da família. Entretanto, essa situação indica uma baixa remuneração e

assalariamento das mulheres pelas atividades agropecuárias desenvolvidas. Em apenas 26,15% dos estabelecimentos, a renda com as atividades agropecuárias foi superior as outras rendas da produtora.

A proporção de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres que recebeu orientação técnica (14,82%) é baixa e próxima à proporção de estabelecimentos dirigidos por homens que receberam orientação (16,07%). Tais valores mostram uma lacuna no Rio Grande do Norte no que se refere à orientação técnica, de modo que só 16,08%² dos estabelecimentos dos estabelecimentos do Estados foram orientados. A Figura 9 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres por tipo de orientação técnica recebida.

Figura 9. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres no RN, em relação ao tipo de orientação técnica recebida em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Observa-se que a maioria dos estabelecimentos dirigidos por mulheres depende de orientação técnica pública (8,67%), sendo baixa a participação de empresas privadas e organizações não-governamentais (0,25%). Tanto o Sistema S como as cooperativas também apresentam baixa participação nessa orientação técnica, sendo 0,63% 1,04%, respectivamente. Sendo assim, há de se pensar em formas de diversificar a orientação técnica entre as produtoras de modo que elas não dependam exclusivamente da orientação governamental e que haja integração público-privada para orientá-las.

Orientação técnica em todos os aspectos da produção agropecuária é fundamental para os produtores ao possibilitar melhor uso de insumos, reduzindo desperdício e custos; maior eficiência produtiva; inserção de novos materiais genéticos animais ou vegetais;

² Esse valor correspondente a todos os estabelecimentos agropecuários cuja direção é homem, mulher ou não se aplica (que incluiu 230 estabelecimentos)

direcionamentos na produção e gestão do estabelecimento; difusão de novas tecnologia e técnicas produtivas entre muitos outros benefícios. Dessa forma, o baixo índice de orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Norte é muito preocupante, pois dificulta a maior eficiência técnica, redução de custos e maior rentabilidade. Estudos de Barbosa et al. (2013) e Nogueira (2005) apontam para o efeito positivo da assistência técnica sobre a eficiência produtiva na agropecuária.

Outro fator relevante é que em 24,11% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres não foi obtida nenhuma informação técnica. Dentre os estabelecimentos que obtiveram informação técnica as formas de obtenção³ foram: televisão (54,64%), rádio (26,49%), outra forma (22,52%), reuniões técnicas/seminários (13,45%), internet (8,43%), jornais (3,41%), revistas (1,61%).

Essas informações abrem espaço para se pensar em ampliação de reuniões técnicas e seminários para divulgação de informações; desenvolvimento de materiais impressos para distribuição entre as produtoras; programas televisivos e de rádio específicos para a produção agropecuária do RN; e políticas públicas para ampliação do acesso à internet no meio rural.

A associação à cooperativa estava presente em apenas em 1,19% dos estabelecimentos agropecuários comandados por mulheres no RN. A baixa associação à cooperativa é característica do Estado, que possuía apenas 2,26% dos estabelecimentos agropecuários associação à cooperativa, em 2017.

Cooperativas agrícolas são alternativas importantes para agricultores de pequenos e grandes estabelecimentos rurais comercializarem seus produtores e adquirirem insumos. Especialmente para as pequenas propriedades rurais, o cooperativismo pode fornecer as bases para uma maior competitividade e permanência no mercado. Uma vez que a associação das propriedades rurais em forma de cooperativa proporciona economia de escala e de escopo, podendo gerar redução dos custos de transação. Além disso, as cooperativas têm função relevante na promoção do desenvolvimento rural, geração de emprego, segurança alimentar, distribuição de renda e proporcionar um crescimento mais equitativo (ALTMAN, 2015).

Destaca-se que 99,75% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres tinham energia elétrica. Esse número é resultado de diversos programas governamentais que vêm sendo criados ao longo dos anos com o intuito de levar energia elétrica para o meio rural.

Apenas 8,92% dos estabelecimentos agropecuários potiguares dispunham de unidade de armazenamento, com capacidade de armazenagem de 107.075 toneladas sendo 2.968 estabelecimentos com armazéns convencionais e estruturais; 3 com armazenagem inflável; 79 com armazéns graneleiros e granelizados; e 2.948 silos. Entre os estabelecimentos dirigidos por mulheres, apenas 4,83% tinham unidades armazenadoras, com capacidade de armazenagem de 4.607 toneladas, dos quais 257 são estabelecimentos com armazéns convencionais e estruturais; 3 com armazéns graneleiros e granelizados; e 248 silos.

Isso mostra um déficit logístico e de infraestrutura do Estado, e baixa capacidade de armazenagem. Além disso, destaca a diferença de capacidade de armazenagem de acordo com o gênero. Essa situação reflete a situação do país, onde um dos maiores gargalos para aumento e melhora da competitividade da produção agropecuária brasileira está na logística e infraestrutura.

É importante que sejam pensadas e direcionadas políticas públicas para ampliar a capacidade de armazenagem dos estabelecimentos agropecuários, em especial os dirigidos por mulheres, principalmente pelo fato da importância da produção agropecuária feminina para a segurança alimentar da família, de modo que a produção possa ser armazenada de forma correta e assim evitar a rápida perecibilidade dos alimentos. Além disso, dada a relevância das mulheres

³ Um estabelecimento agropecuário pode ter mais de uma forma de obtenção de informação.

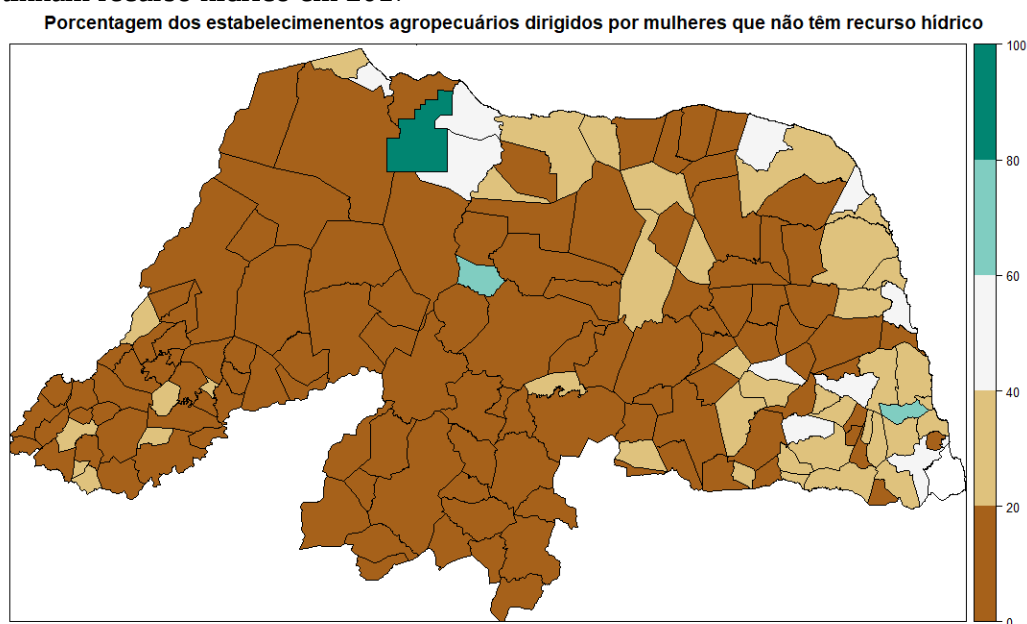
no fornecimento de programas alimentares governamentais, também se faz importante um local adequado para a armazenagem da produção.

No que tange ao uso de máquinas agrícolas, especificamente ao uso de tratores, apenas 4,65% dos estabelecimentos agropecuários potiguaros possuíam tratores em 2017, sendo que dos estabelecimentos que eram dirigidos por mulheres a porcentagem era ainda menor, no valor de 1,69%. Isso pode ser reflexo da dificuldade das mulheres em acessar linhas de créditos agrícolas ou até mesmo do desconhecimento das mulheres sobre o crédito agrícola. Ainda que nos últimos anos tenham sido criadas linhas de crédito rural específicas para mulheres, por exemplo a linha de crédito PRONAF Mulher, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ainda há aspectos burocráticos e de intermediação que dificultam o acesso ao crédito, ver por exemplo Fernandes (2008), Brumer e Spavanello (2012), Spanevello *et al.* (2016).

Somente 15,54% dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres no RN tinham veículos, em 2017. Dentre os que possuíam, a maioria do veículo era moto. Quando considerado o total de estabelecimentos agropecuários potiguaros, 22,16% possuíam veículos. Essas informações também podem indicar a maior dificuldade das mulheres em acessar o crédito no Estado.

Sendo a água um recurso essencial para o desenvolvimento da atividade agropecuária, chama a atenção de que 13,81% dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Norte não possuíam esse recurso (8.763 estabelecimentos). Dentre os estabelecimentos que eram dirigidos por mulheres, 15,40% não tinha o recurso. Essa situação é muito representativa da região Nordeste, em especial do Semiárido onde a falta de água é um dos maiores desafios para o desenvolvimento humano. Ademais, a ausência do recurso implica na necessidade de aquisição de água por outras alternativas, o que aumenta o custo da produção e reduz a rentabilidade das produtoras. A Figura 10 apresenta a porcentagem dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres que não tinham recurso hídrico em 2017.

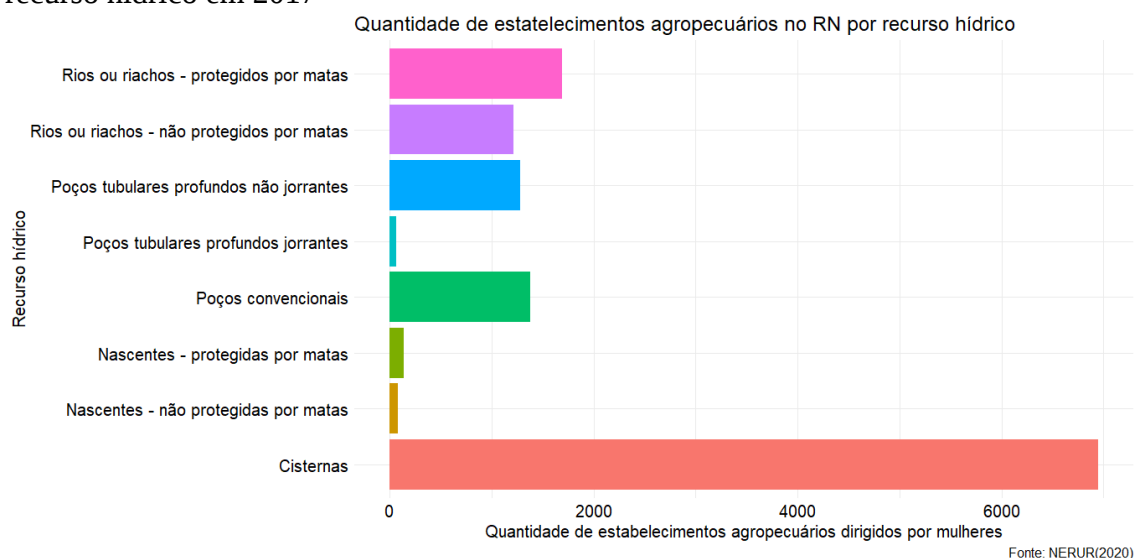
Figura 10. Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres no RN que não tinham recurso hídrico em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Os municípios mais próximos do litoral apresentaram proporcionalmente mais estabelecimentos sem recursos hídricos. Em 13 municípios, 40% ou mais dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres não tinham recurso hídrico, destacando-se o município de Serra do Mel que dos 166 estabelecimentos comandados por mulheres, apenas 24 possuíam recurso hídrico, ou seja, 85,54% não tinha o recurso. Entretanto, a ausência de recurso hídrico não foi somente nos estabelecimentos dirigidos por mulheres na cidade de Serra do Mel, no total dos estabelecimentos, 81,03% deles não tinha recurso hídrico no município. Em apenas 29 municípios potiguaros, todos os estabelecimentos comandados por mulheres tinham recurso hídrico. A Figura 11 apresenta a quantidade de estabelecimentos por tipo de recurso hídrico existente.

Figura 11. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres por tipo de recurso hídrico em 2017



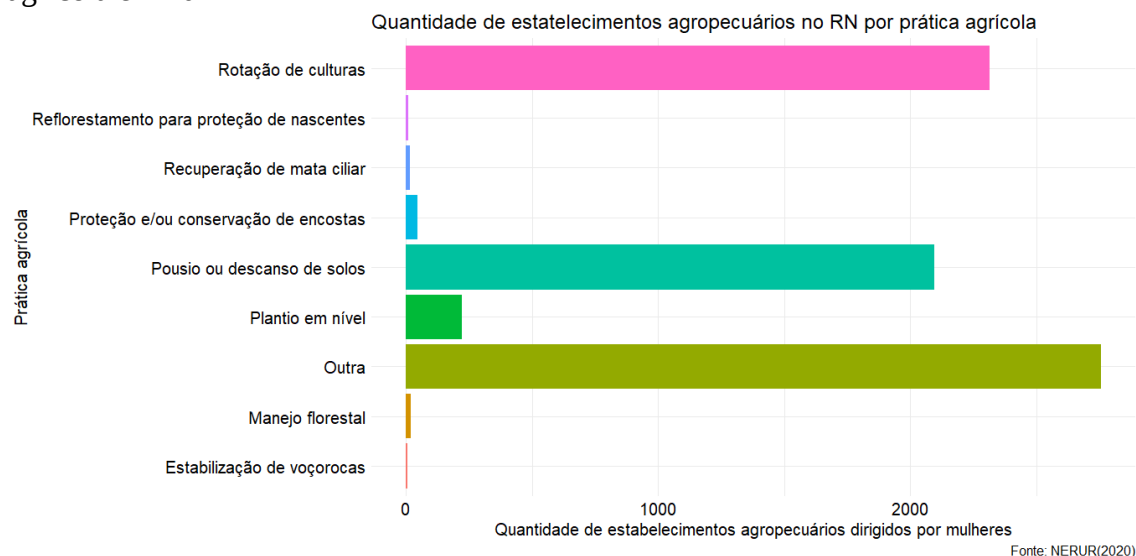
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Observa-se que a maioria dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres obtém água por cisterna (69,37%), enquanto 12,91% dos estabelecimentos têm água de nascente, rios ou riachos não protegidos por mata. Essa situação chama a atenção para a necessidade de políticas públicas para conscientização e promoção da proteção de nascentes e rios ou riachos, uma vez que 31,16% dos estabelecimentos tinham nascentes e rios ou riachos.

As matas ciliares contribuem para a manutenção da qualidade da água; regularização dos cursos d'água; mantém da biodiversidade, através de suas funções hidrológicas e ecológicas para proteção do solo e dos recursos hídricos (Rodrigues, 2004). Essas matas contribuem para melhor qualidade e quantidade de águas em rios e nascentes (MARMOTEL; RODRIGUES, 2015).

No que se refere as práticas agrícolas, 39,19% dos estabelecimentos dirigidos por mulheres no RN não teve nenhuma prática. A Figura 12 mostra os tipos de práticas agrícolas nos estabelecimentos que praticaram.

Figura 12. Quantidade de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres por prática agrícola em 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019)

Assim como no total de estabelecimentos agropecuários do Estado, nos que eram dirigidos por mulheres também houve pouca prática de reflorestamento, recuperação de mata ciliar, proteção e/ou conservação de encostas e manejo (todos em menos de 1% dos estabelecimentos comandados por mulheres). O Rio Grande do Norte possui condições edafoclimáticas mais desafiadoras, tanto para a produção agropecuária quanto para a vida em regiões mais áridas. Sendo assim, a pequena parcela de estabelecimentos que utilizam práticas ambientais sustentáveis é preocupante e merece atenção dos formuladores de políticas públicas.

Ainda que as práticas de rotação de culturas e pousio em nível tenham sido mais frequentes nos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, havia uma parcela significativa de estabelecimentos que não adotaram tais práticas, 76,89% e 79,07%, respectivamente.

A conscientização dos agricultores brasileiros sobre a importância da melhoria na qualidade dos solos, visando uma produção sustentada, tem sido uma variável chave para incrementos significativos da produtividade e produção, nas últimas décadas. Normalmente, a melhoria na qualidade dos solos ligada ao manejo adequado, incluindo práticas como rotação de culturas, o plantio direto e o manejo da fertilidade com uso de calagem, gessagem e adubação equilibrada utilizando macro e micronutrientes, além de fertilizantes químicos e/ou orgânicos, como esterco, compostos, adubação verde, etc (COELHO, 2007).

No Rio Grande do Norte, dos estabelecimentos agropecuários comandados por mulheres, apenas 1,01% fizeram uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo e 29,90% fizeram adubação.

Campanharo et al. (2007) destacam que a maioria dos solos brasileiros tem acidez elevada, de modo que a calagem é necessária nesses solos. Segundo Coelho (2007), para a construção de um sistema produtivo agropecuário eficiente são fundamentais: fertilidade do solo, nutrição e adubação. De modo que a quantidade disponível de nutrientes esteja de acordo com o tipo de cultura em quantidade, forma e tempo.

Nos estabelecimentos agropecuários potiguares dirigidos por mulheres, em 20,09% não houve sistema de preparo do solo. Dentre os 167 municípios potiguares, 87,43% estão no Semiárido brasileiro. Santiago et al. (2018) destacam que o Semiárido Nordestino é

caracterizado pelo déficit anual no balanço hídrico, altas temperatura, solos suscetíveis a perda de fertilidade, erosão, salinização e/ou sodificação e compactação. Geralmente, os solos do semiárido são pobres em matéria orgânica, de modo que a perda contínua promove um processo de degradação acelerado. Sendo assim, práticas de manejo do solo são fundamentais para uma produção agropecuária sustentável no Semiárido potiguar.

O uso de plantio direto na palha foi feito por apenas 1,81% dos estabelecimentos dirigidos por mulheres no RN. O Sistema Plantio Direto (SPD) é caracterizado por ser uma forma de manejo conservacionista, que engloba técnicas recomendadas para a aumentar a produtividade, com conservação ou melhoramento contínuo do ambiente. O SPD normalmente é utilizado em rotação de culturas e com a utilização de palha (HECKLER; SALTON, 2002).

Para o sucesso do SPD é fundamental a utilização da camada de palha sobre o solo. A palha contribui para o controle de plantas daninhas; estabiliza a produção; recupera ou mantém a qualidade do solo; protege a superfície do solo da ação direta do sol e do vento; reduz a taxa de evaporação, possibilita maior infiltração e armazenamento de água no solo e ajuda a manter a temperatura mais amena na camada mais superficial do solo, de modo a possibilitar a redução da amplitude e o desenvolvimento de plantas e organismos do solo. Sendo assim, a palha cria um ambiente muito favorável às condições físicas, químicas e biológicas do solo (ALVARENGA *et al.*, 2001; HECKLER; SALTON, 2002).

Outras características dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres: 29,60% fizeram uso de agrotóxico; 3,32% usaram de agricultura orgânica ou pecuária orgânica; e 8,38% utilizaram algum método de irrigação.

Há necessidade de maior utilização das práticas agrícolas acima destacadas nos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres no RN. As práticas agrícolas e de manejo do solo são fundamentais não são para reduzir os impactos ambientais da produção agropecuária como para reduzir a perda de nutrientes do solo, o que gera maiores custos com compra de nutrientes químicos, e melhoria da produtividade agropecuária.

4. Considerações finais

Apesar da participação feminina no comando de estabelecimentos agropecuários estar aumentando ao longo dos anos, os estabelecimentos dirigidos por mulheres ainda se encontram em maior vulnerabilidade no Estado do Rio Grande do Norte.

É importante que os governos (federal, estadual e municipais) pensem em políticas e programas que contribuam para redução dessas vulnerabilidades. Exemplos de políticas que poderiam ser implementadas e/ou ampliadas: assistência técnica direcionada para mulheres; cursos e palestras sobre práticas agrícolas, crédito rural, manejo florestal sustentável nas propriedades rurais; cursos de alfabetização no meio rural; incentivo ao desenvolvimento de cooperativas femininas com agregação de valor aos produtos agropecuários produzidos pelas mulheres; campanhas e divulgações sobre a importância da mulher no meio rural, de modo a valorizar as produtoras; programas de inserção digital para as mulheres; projetos para reflorestamento, recuperação de mata ciliar e proteção e/ou conservação de encostas.

Ressalta-se que muitas dos problemas observados nos estabelecimentos dirigidos por mulheres não são exclusivamente femininos, abrangendo os demais dirigentes de estabelecimentos agropecuários. Portanto, há de se pensar em políticas que melhorem as condições de trabalho e produção nos municípios potiguares de modo que os produtores consigam auferir maior renda e produtividade. Em especial para as mulheres, isso é muito importante para que haja maior valorização, respeito e independência financeira das mesmas no meio rural.

Por fim, para uma maior assertividade das políticas públicas acima mencionadas é importante conhecer as características individuais das produtoras, através dos microdados do Censo Agropecuário 2017.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, M. Cooperative organizations as an engine of equitable rural economic development. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 3, p. 14–23, 2015.
- ALVARENGA, R. C.; CABEZAS, W. A. L.; CRUZ, J. C.; SANTANA, D. P. Plantas de cobertura de solo para sistema plantio direto. **Informe Agropecuário**, v. 22, n.208, p. 24-36, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2023.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, 2012.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: Butto, A.; Dantas, I. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 11-34, 2011.
- CAMPANHARO, M.; LIRA JUNIOR, M. D. A.; NASCIMENTO, C. W. A.; FREIRE, F. J.; COSTA, J. V. T. Avaliação de métodos de necessidade de calagem no Brasil. **Revista caatinga**, v. 20, n. 1, p. 97-105, 2007.
- COELHO, A. M. **Cultivo de sorgo: nutrição e adubação**. Fertilidade de solos: nutrição e adubação do milho. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/490953/4/Nutricaoadubacao.pdf> >. Acesso em: 08 ago. 2023.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018**. Compêndio de estudo CONAB, v. 20. Brasília: CONAB, 2020.
- FERNANDES, S. A. **Gênero e políticas de crédito: o PRONAF-mulher em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2008.
- FERREIRA, W. P. M. et al. Profile of the women working in the coffee sector in Brazil (Phase 1). In: ARZABE, C. et al. **Women in coffee in Brazil**. Brasília: Embrapa, 2018.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1071672/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

HECKLER, J. C.; SALTON, J. C. **Palha: fundamentos do Sistema Plantio Direto**. Coleção Sistema Plantio Direto. Dourados: Embrapa, 2002.

HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung**, 2021.

MARMOTEL, C. V.F.; RODRIGUES, V. A. Parâmetros indicativos para qualidade da água em nascentes com diferentes coberturas de terra e conservação da vegetação ciliar. **Floresta e ambiente**, v. 22, n. 2, p. 171-181, 2015.

SANTIAGO, F. S.; MONTENEGRO, S. M. G. L.; PINHEIRO, M. R. A. Atributos do solo em sistemas de cultivo irrigado agroecológico e convencional no Semiárido do Rio Grande do Norte. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 2, p. 176-185, 2018.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis. Revista Latinoamericana**, v. 44, p. 1-18, 2016.